



A história dos livros e das bibliotecas em Abya Yala: o porvir na Biblioteconomia e na Ciência da Informação

Eva Dayane Jesus dos Santos¹

Universidade do Recôncavo da Bahia, Brasil

eva@ufrb.edu.br

Orledys María de Jesús López Caldera²

Universidade Estadual Paulista, Brasil

orledys.lopez@unesp.br

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo disseminar as informações produzidas pelos povos de Abya Yala. A prática do controle da produção e disseminação da informação, que geralmente evidenciam a cultura anglo-eurocêntrica, ocultam outras culturas e grupos étnicos no território de Abya Yala. A essa prática operante e racista, nomeamos por epistemicídio (Kilomba, 2019). Ela tem colaborado historicamente para a desvalorização das culturas não hegemônicas dentro e fora de espaços acadêmicos, na sociedade, pois é colocado sempre em evidência o conhecimento produzido pela cultura anglo-eurocêntrica. No entanto, paralelamente às práticas de disseminação e difusão da “história única” (Chimamanda, 2019), coexiste e resiste a história não contada oficialmente, mas contada e continuada em comunidades, sobretudo em aldeias, roçados, povoados, favelas e quilombos. O objetivo deste trabalho é problematizar os marcadores utilizados na Biblioteconomia e Ciência da Informação como referenciais para iniciar e recontar a história dos livros e das bibliotecas. Por que a África não é o centro, quando aprendemos desde sempre, que esse continente é o berço civilizatório com grandes civilizações, que passam a ser rapidamente esquecidas com a emergência da Grécia? E o que se sabe ou tem-se a saber sobre esse conhecimento em Abya Yala? O que as bibliotecas abertas nas pirâmides dos ancestrais Incas, Maias e Astecas tem a nos dizer? E as inforviviências (Santos, 2022) materializadas nas culturas de Abya Yala? E no Brasil, o que precisamos aprender com os povos pindorâmicos? Será que conseguimos alcançar esses saberes com mentes tão “civilizadas”? Os objetivos específicos são fomentar as discussões a respeito da produção dos livros e bibliotecas em continuidade e disseminadas em Abya Yala; e disseminar ideias para novas pesquisas na área voltadas para aprofundar o conhecimento sobre tal temática. Utilizamos como

¹ Mulher pindorâmica-afro, filha de Dona Maria Lúcia e do Povoado Terreirão, Muniz Ferreira, Bahia. Atualmente é bibliotecária no Centro de Ciências da Saúde na Universidade do Recôncavo da Bahia. Mestra em Ciência da Informação pela UFBA. email: eva@ufrb.edu.br.

² Mulher venezuelana, filha de Eddy e Orlando, nascida e criada na favela de Petare em Caracas. Atualmente é doutoranda na Universidade Estadual Paulista (Unesp - Marília), e Mestra em Ciência da Informação pela UFBA, Brasil. email: orledys.lopez@unesp.br



metodología a Sankofa, que significa resumidamente voltar e pegar no passado elementos para construir o presente. Consideramos que uma forma de contribuir para a formação de uma consciência letrada sobre Abya Yala, seja por meio de práticas antirracistas, desconstruindo a ideia da democracia racial que ainda é bastante disseminada nos currículos, escolas e sociedade em geral. Potencializar as discussões poderão gerar ideias criativas e inovadoras, tomando como ponto de partida as inforvivências pindorâmicas presentes no cotidiano de cada pessoa em Abya Yala. Esses conhecimentos precisam estar nas referências, nos currículos e bibliotecas, deve ser uma missão de todos. O letramento racial deve ser parte integrante das políticas institucionais para a construção e consolidação de bibliotecas antirracistas.

Palavras-chaves: Bibliotecas Abya Yala; bibliotecas pindorâmicas; letramento racial - bibliotecas; livros Abya Yala; inforvivências.

La historia de los libros y de las bibliotecas en Abya Yala: el porvenir en la Biblioteconomía y en la Ciencia de la Información

Resumén: El presente trabajo tiene por objetivo diseminar las informaciones producidas por los pueblos de Abya Yala. La práctica de controlar la producción y diseminación de la información, que generalmente evidencia la cultura anglo-eurocéntrica, ocultan otras culturas y grupos étnicos en el territorio de Abya Yala. A esa práctica operante y racista, se denomina epistemicidio. Tal práctica ha colaborado históricamente en la desvalorización de las culturas no hegemónicas dentro y fuera de espacios académicos, en la sociedad, pues se pone siempre en evidencia el conocimiento producido por la cultura anglo-eurocéntrica. Sin embargo, paralelamente a las prácticas de diseminación y difusión de la “historia única” (Chimamanda, 2019), coexisten y resiste la historia no contada oficialmente, que si fue contada y continuada en comunidades, sobretudo en aldeas, campos de cultivo, pueblos, barrios populosos y quilombos. El objetivo de este trabajo es problematizar los marcadores utilizados en la Biblioteconomía y Ciencia de la Información como referenciales para iniciar y recontar la historia de los libros y de las bibliotecas. ¿Por qué África no es el centro, cuando aprendemos desde siempre, que ese continente es la cuna de la civilización con grandes civilizaciones, que pasaron a ser rápidamente olvidadas con la emergencia de Grecia?, y ¿qué se sabe o se tiene que saber sobre ese conocimiento en Abya Yala?, ¿Qué es lo que las bibliotecas abiertas en las pirámides de los ancestros Incas, Mayas y Aztecas tienen para decirnos? ¿Y las *inforvivências* (Santos, 2022) materializadas en las culturas de Abya Yala? ¿Y en Brasil, que es lo que necesitamos aprender con los pueblos pindorámicos?, ¿Será que conseguimos alcanzar esos saberes con mentes tan “civilizadas”? Los objetivos específicos son fomentar las discusiones sobre la producción de los libros y bibliotecas en continuidad y diseminadas en Abya Yala; y diseminar ideas para nuevas investigaciones en el área direccionadas a profundizar el conocimiento sobre tal temática. Se usó como metodología a Sankofa, que significa resumidamente volver y tomar en el pasado elementos para construir el presente. Considerando que una forma de contribuir en la formación de una conciencia letrada sobre Abya Yala,



sea por medio de prácticas antirracistas, deconstruyendo la idea de la democracia racial que todavía es bastante difundida en los currículos, escuelas y sociedad en general. Potencializar las discusiones puede generar ideas creativas e innovadoras, tomando como punto de partida las *inforvivências pindorâmicas* presentes en lo cotidiano de cada persona en Abya Yala. Esos conocimientos necesitan estar en las referencias, en los currículos y bibliotecas, debe ser una misión de todos. La alfabetización racial debe ser parte integrante de las políticas institucionales para la construcción y consolidación de bibliotecas antirracistas.

Palavras-chaves: Bibliotecas Abya Yala; bibliotecas pindorâmicas; letramento racial - bibliotecas; libros Abya Yala; inforvivências.



Introdução

“Tupinambá Desceu a Serra” Canção Ritual Tupinambá de Oliveira

Tupinambá desceu a serra
Todo coberto de pena
Ele foi
Ele é
Rei da Jurema
(Angatu, 2021)

Iniciamos esse diálogo com o leitor (a) com a canção/oração/ cantiga/canto (Angatu, 2021), da nação Tupinambá³, povos do tronco tupy⁴ que ocupa e é continuidade por toda Abya Yala. “Abya Yala (esta é forma pela qual muitos indígenas chamam a América Latina) a exemplo dos Mapuche (Chile/Argentina), Nasa (Colômbia) e das/dos Zapatistas (México).” (Angatu, 2021, p. 21).

Inúmeros agentes, seja da esfera estatal, como da sociedade civil, criaram uma narrativa de extinção desses povos, bem como de muitos outros. No entanto, estamos nós aqui, sendo continuidade deles e reafirmando nossa identidade. A autora Santos (2022) é continuidade das nações Tupinambá, Kariri e Bantu no Território do Recôncavo da Bahia e reafirma sua identidade ao perceber que a Casa de farinha é uma entidade ancestral em continuidade entre seu povo. Na casa de farinha a autora destacou como é possível perceber a organização, preservação e disseminação da informação por esses povos.

Orledys é uma mulher venezuelana nascida na cidade de Caracas e criada em Petare, (uma das favelas mais maiores de Abya Yala) cuja identidade foi forjada na mistura do que por uma parte, foi crescer numa comunidade pobre, com altos índices de criminalidade, homicídios, gravidez precoce, e racismo velado, além de poucas informações e acesso a educação de qualidade. As bibliotecas vivas desta comunidade são inicialmente as mulheres como chefes do lugar. São mães, avós, e mestras da resistência e luta pelos direitos a uma vida de qualidade, com oportunidades de emprego, empreendedorismo, educação e cultura que possam afastar das crianças e jovens as portas da criminalidade que as desigualdades econômicas e sociais impõem para quem é morador de favela.

Assim como, por outra parte, as memórias mediadas pelos seus pais e avós transitavam os saberes ancestrais originários dos Andes venezuelanos povoados inicialmente pelas grupos indígenas dos Timotocuícas, conhecedores do arte da cerâmica, eram fabricantes de têxteis e praticavam técnicas avançadas de agricultura sobre terraços construídos em zonas montanhosas. As bibliotecas vivas dos Andes venezuelanos são os agricultores que até hoje pela *práxis* e oralidade, respeito e cuidado pela natureza e seus elementos conseguem ser mediadores da informação para o sustento alimentar das famílias sem destruir a terra.

³ Os Tupinambás são povos das árvores (SILVA, 2021), filhos e filhas do trovão (JECUPÉ, 2020). Na Bahia, os povos Tupinambá ocupam os territórios: Território Indígena do Povo Tupinambá de Oliveira da aldeia Serra do Padeiro, localizado no sul da Bahia e o Litoral Norte, em Vila de Abrantes. Salvador e o Recôncavo Baiano também são lugares por onde circulam pessoas com ascendência Tupinambá e para além da ascendência, costumes, oralidades e crenças.

⁴ Na língua portuguesa escreve-se tupi, mas adotamos o tupy da forma que é escrita original, com “Y”.



Também têm sido determinantes os traços identitários da família nascida e crescida em Barlovento, zona da costa venezuelana habitada majoritariamente por população negra, caracterizada na época da colônia pelos movimentos de resistência forjada nas redes de cimarrones⁵ ou quilombolas, manifesto na defesa comunitária das suas terras, assim como o legado da sua música, a dança e cultura mediante a oralidade no campo, identidade cultural que segundo Chacón (1977) foi a mais marcante e duradoura em comparação com outros territórios e comunidades da Venezuela.

No caso, da resistência negra na Venezuela podemos considerar como bibliotecas vivas as *confrarias de parranderos* (como são chamados os festeiros) desde o século XVIII para dar continuidade do seu culto a Xangô, os escravos fingiam adorar São João Batista durante as festas da Coroa espanhola. Essa mediação da cultura negra se preserva até hoje mediante a oralidade das confrarias de São João Batista como ação da resistência que desde o sincretismo religioso tornou-se uma das festas mais emblemáticas da região.

Quando pensamos nesse escrito, pensamos no que gostaríamos de ofertar ao nosso público leitor/a. Logo, os/as convidamos a pensar a respeito de suas bibliotecas. Abya Yala tem bibliotecas? Como são/foram constituídas? Ao fazer isso, será possível observar que as/os nossas/os ancestrais construíram legados que chegam à atualidade sobrevivendo às amalguras sombras do esquecimento e da constante resistência de seus povos em manter e transmitir essas heranças. O que sabemos a respeito desse conhecimento? Constituimos bibliotecas antes da invasão colonizadora que destruiu ou enfraqueceu povos, culturas, territórios. Será que as reconhecemos? O objetivo deste trabalho é problematizar os marcadores utilizados na Biblioteconomia e Ciência da Informação como referenciais para iniciar e recontar a história dos livros e das bibliotecas a partir de Abya Yala.

No Brasil e Venezuela, durante o processo educacional desde a primeira infância até a universidade, estudamos a África como berço civilizatório com grandes civilizações, tais como Mesopotâmia e Egito. No entanto, logo após esse momento, trilhamos uma longa linha do tempo, cuja ascensão e evidências são sempre grandes feitos de países europeus, tais como Grécia, Roma, Portugal, Espanha, França, Holanda, Itália, Alemanha, dentre outros. Pouco sabemos a respeito dos povos originários de Abya Yala ou dos grandes reinos africanos.

Será que conseguimos alcançar tais conhecimentos com mentes tão “civilizadas”? Os objetivos específicos são: fomentar as discussões a respeito da produção dos livros e bibliotecas em continuidade e disseminadas em Abya Yala; e disseminar ideias para novas pesquisas na área voltadas para aprofundar o conhecimento sobre tal temática. Utilizamos como metodologia a Sankofa, que significa “Nunca é tarde para voltar e apanhar o que ficou atrás. Símbolo da sabedoria de aprender com o passado para construir o futuro.” (NASCIMENTO; GÁ, 2009, p. 40). Como bem diz, Santos (2022), “Sankofear é preciso!”

Comungando com a autora “Quando volto para as bibliotecas vivas do meu lugar, seja ela a família ou a comunidade, eu consigo, de pouco em pouco, ter acesso e construir minha própria identidade a partir do que nos foi transmitido, por meio da oralidade, dos gestos, das ações ou pela

⁵ Cimarrones na Venezuela são o mesmo que quilombos no Brasil.



própria dinâmica social local...” (Santos, 2022, p. 4). Ter acesso a informação que possibilite a constituição ou reafirmação de identidades é ter garantido um dos direitos humanos.

Nesse sentido, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2008) enfatiza sua preocupação com o fato de os povos indígenas terem sofrido injustiças históricas que lhes tem impedido de exercer seu direito ao desenvolvimento de acordo com suas próprias necessidades e interesses, como resultado, da colonização e da subtração e exploração de suas terras, territórios e recursos. Porém, até agora nossos governos e nós como cidadãos temos feito o suficiente para garantir e respeitar os direitos dos nossos povos indígenas? Nós como cidadãos temos concretizado e vindicado ações além de artigos nas nossas constituições, estatutos e ministérios que parecem dar as costas e fechar os olhos ao extermínio sistemático que sofrem os povos originários no seus próprios territórios?

Consideramos que uma forma de contribuir para a formação de uma consciência letrada sobre Abya Yala, seja por meio de práticas antirracistas, desconstruindo a ideia da democracia racial que ainda é bastante disseminada nos currículos, escolas e sociedade em geral. Potencializar as discussões poderão gerar ideias criativas e inovadoras, tomando como ponto de partida as inforvivências pindorâmicas presentes no cotidiano de cada pessoa em Abya Yala. Esses conhecimentos precisam estar nas referências, nos currículos e bibliotecas, deve ser uma missão de todos. O letramento racial deve ser parte integrante das políticas institucionais para a construção e consolidação de bibliotecas antirracistas. Esse é o nosso desafio!

Bibliotecas em abya yala

Convidamos nosso público leitor/a a pensar sobre o conceito de bibliotecas pela perspectiva pindorâmica-afro⁶. Apresentamos dois conceitos: makulu (Araújo, 2021) e bibliotecas vivas (Hambaté Bâ, 2010). Makulu é uma palavra africana banto, retomada por Juliana Monique de Souza de Araújo (2021) na dissertação UJAMAA: educação afrocentrada de economia coletiva no Cabula. A palavra quer dizer biblioteca.

A biblioteca no sentido banto pode ser entendida como formas diferentes de corpos, que são também florestas, animais, rios, mares, morros, montanhas ou pessoas. Ou seja, a biblioteca tem um sentido de ser corpo-natureza, pois ela se relaciona simbioticamente com todos os corpos/matéria. Logo, “A visão dos Bantu nos leva a compreender que adentrar as matas é um ritual sagrado, é andar sobre os passos dos ancestrais e ouvir as forças míticas dessa ancestralidade, é tirar o sopro de vida, é visitar o - makulu - biblioteca, onde tudo é possível encontrar.” (Araújo, 2021, p.53).

As bibliotecas vivas são as pessoas nas concepções de Hambaté Bâ (2010) e Kompenawa (2015). Ambas concepções têm em comum a base filosófica sustentada nas oralidades. Logo, as bibliotecas vivas são pessoas, mas também bichos, florestas, rios, montanhas e natureza. Visto dessa forma, as bibliotecas para nações africanas e indígenas são baseadas nas pessoas, na memória, nas

⁶ Esse termo foi criado inicialmente pelo saudoso Nego Bispo, Santos (2015). Invertemos a ordem, por entender que os povos indígenas são os primeiros do território de Abya Yala.



oralidades, entendendo oralidades como histórias, músicas, danças, culinárias, crenças, costumes, técnicas, processos e rituais (Giroy, 2001; Machado, 2017 e Martins, 2003, 2007).

Partindo dessas concepções entenderemos que as bibliotecas de Abya Yala foram elaboradas na práticas viventes desses povos da floresta que sabem cantar, dançar, acender fogueira e ritualizar com a simbiótica troca entre as naturezas. Logo, são nas práticas cotidianas, nas trocas ritualísticas com os corpos-natureza que se erguem bibliotecas que sustentam epistemologias, metodologias diversas e oportunizam continuidades, que perpassam milênios, tais como inúmeras histórias e ciências a respeito de técnicas e processos que garantem a permanência da vida. Podemos citar como exemplos, o profundo conhecimento sobre os matos medicinais que antes de chegar às universidades ocidentais, para virar fármacos e medicina ocidental, vieram dos saberes ancestrais praticados e disseminados entre povos.

Também outros saberes, tais como os astronômicos, agrários, que perpassam gerações e são contados e recontados em músicas, contos, histórias, e também no exercício da observação e no contato e conexão com a natureza. Também, destaca-se o valor e significado das entidades, elementos e componentes da natureza, que até hoje são protegidos e respeitados pelas nossas comunidades indígenas. Além, das experiências, enquanto pessoas inseridas nessas culturas, cujas práticas são constituídas pela vivência e compartilhamento desses conhecimentos com os parentes nas comunidades, reconstruímos a ideia dos registros materializados no corpo-memória de nós, dos nossos e dos outros.

Das notícias sobre a makulu de Abya Yala, os livros registrados nos entalhes de portas, paredes, fachadas de pirâmides, nas montanhas (Waisbard, 2004), dos livros em diferentes formatos expropriados e guardados como peças de museus nos territórios de nossos alçozes. Também, os grafismos expostos na pele, nas cerâmicas, tapeçarias e cestarias. Da experiência com a herança Tupinambá, povo do qual descendo, posso dizer que se faz presente e em continuidade diversos conhecimentos que só era possível saber por meio da vivência coletiva em comunidade nas famílias ou na aldeia/quilombo. Atualmente, pensamos e construímos nossas narrativas na ciência dos Ocidentais.

Logo, tomar conhecimento a respeito da medicina do mato, perpassa andar por roças e kaporas⁷, para aprender a reconhecer matos. Para saber sobre comida, é preciso ouvir, ver e reconhecer sementes, experimentar plantar, cuidar, colher e ofertar. Para saber e reconhecer peixes, anda-se sobre os rios e riachos, monta-se arapukas⁸, observa-se o comportamento dos peixes, dos astros e das águas. Aprendemos sobre a natureza, convivendo com ela, sendo ela, porque ela, somos nós e nós somos ela.

Quem aqui já pensou sobre a morte? Sobre um corpo desfalecido? Sobre os germes que consomem rapidamente toda a carne? Os germes, bactérias e outros animais convivem conosco no corpo durante a vida e não nos damos conta disso, corpo-natureza dizem sempre meus parentes de nações.

⁷ Palavra tupy, significa mata ou mato.

⁸ Palavra tupy que quer dizer armadilha.



As bibliotecas de Abya yala vivem! Para vê-las é necessário retirar a venda de mais de quinhentos anos de colonização. É preciso reconhecer em nós, nossas ciências e epistemologias ancestrais que perpassam milênios e mesmo com todas as ameaças se recriam, refazem e continuam. Retornar aos ancestrais possibilita às gerações futuras a continuidade. Garante aos que virão, outras histórias, ao invés da história única (Chimamanda, 2019).

O acervo ancestral

O acervo ancestral está posto, está dentro das famílias, dos corpos, dos sonhos e da natureza. Este encontra-se em todos os lugares, em materialidades que perpassam vidas, territórios. Retornamos a Angatu (2021), o poder estatal brasileiro criou e continua traçando estratégias para deslegitimar povos de diferentes nações nos diversos territórios de Pindorama. No entanto, os povos resistem e têm incorporado além das formas tradicionais, outras formas de organização, preservação e disseminação da informação. Santos (2022, p. 4) nomear cada ação arquitetada e operada para a falaciosa “extinção indígena”.

Inúmeras estratégias foram utilizadas para descaracterizar e ocultar a identidade indígena, tais como: oferta de emprego público⁹, catequese, miscigenação (pela violência sexual; as famosas retiradas de mulheres indígenas a “dente de cachorro”, que estão longe de ser um relato romântico para falar sobre nossa continuidade, a venda do território indígena, antes tutelada pelo Estado até meados do século XIX, quando extinguiram os aldeamentos e estabeleceram a Lei das Terras de 1850, o que facilitou a invasão no território indígena no Recôncavo. Outras estratégias continuam em vigência em outros territórios indígenas na Bahia e no Brasil na contemporaneidade, tais como: cooptação e criminalização de lideranças indígenas, conflitos, emboscadas e chacinas, invasões e grilagens de terra, conforme informa Silva (2019).

Para ecoar suas vozes mais distantes utilizam a escrita, como aliada para denunciar, militar e resistir. Os acervos ancestrais são as pessoas, os artefatos, as técnicas e processos contínuos entre gerações, que mesmo com tantas seduções, lutam para manter-se vivos, atuantes e propositores de outras possibilidades. O acervo é o povo, é o corpo-território, o corpo-natureza, conforme tece Mura (2016), ao reunir seus parentes (acervos vivos), para construir coletivamente narrativas sobre seu povo.

Esses acervos são constituídos por um conhecimento ancestral vivo, que é apreendido por pessoas e também natureza, e se tornam continuidade, que são transmitidas entre pessoas na vida familiar/comunitária, criamos memórias ou reativamos memórias ancestrais. Assim, é “pelos sons das palavras dos avôs”, cuja “a fala, a palavra, a oralidade” são instrumentos de transmissão da tradição,

⁹ Para outras informações a respeito, vale conferir os trabalhos de: Santos, E. G.. (1988). *O Diretor de Índios: análise preliminar dos diretores parciais das aldeias indígenas. Bahia, 1845 -1889*. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia]. Programa de Pós-Graduação em História Universidade Federal da Bahia. https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/1_o_diretor_de_indios_analise_preliminar_dos_diretores_parciais_das_aldeias_indigenas_bahia_1845-1889.pdf; e Rego, A. A. (2014). *Trajetórias de vidas rotas: terra, trabalho e identidade indígena na província da Bahia (1822 -1862)*. [Tese de doutorado, Universidade Federal da Bahia]. Repositório da UFBA. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/23400>.



“obrigando as novas gerações a exercitarem a memória, guardiã das histórias vividas e criadas.”
Munduruku (2011).

O maior desafio da contemporaneidade é manter comunidades vivas, em continuidade, mesmo apesar de todas as violências que atravessam os povos de Abya Yala. Outro desafio é descolonizar os saberes acadêmicos, construindo possibilitando acesso e disseminação das mais de 50 mil produções acadêmicas e científicas dos povos Pindorâmicos no Brasil. Isso sem falar nas inúmeras produções por outros territórios de Abya Yala. Onde estão essas bibliotecas? Por que não a vemos?

Considerações

Consideramos que uma forma de contribuir para a formação de uma consciência letrada sobre Abya Yala, seja por meio de práticas antirracistas que subsidie a desconstrução da ideia da democracia racial, que ainda é bastante disseminada nos currículos, escolas e sociedade em geral. Aprofundar o conhecimento e a disseminação das ideias e epistemes dos povos da floresta, potencializa discussões que poderão surtir efeitos positivos sobre povos e territórios. Esses conhecimentos precisam estar nas referências, nos currículos e bibliotecas, deve ser uma missão de todos. O letramento racial deve ser parte integrante das políticas institucionais para a construção e consolidação de bibliotecas antirracistas.

Além disso, na área da Biblioteconomia, reconhecer outros territórios produtores, organizadores e disseminadores de epistemologias outras, é “abrir os olhos” para novas práticas e pesquisas. Neste contexto, defendemos que como profissionais da Ciência da Informação precisamos unir esforços para visibilizar a produção e compartilhamento de conhecimento além das paredes das Unidades de Informação tradicionais impostas pelo mundo globalizado que parece estar empenhado em apagar qualquer vestígio das nossas civilizações ancestrais.

Referências

Angatu, C. (2021). Tupixuara Moingobé Ñerana: autodeclaração indígena como retomada da indianidade e territórios. *Revista Espaço Acadêmico*, 231. <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/60509/751375152906>

Araújo, J. M. S. (2021). **UJAMAA**: educação afrocentrada de economia coletiva no Cabula. [Dissertação de mestrado, Universidade do Estado da Bahia]. Saber Aberto. <http://www.saberaberto.uneb.br/handle/20.500.11896/4522>.

Chacón, A. (1977). *Curiepe, ensayo sobre la realización del sentido en la actividad máyicoreligiosa de un pueblo venezolano*. Ed. ucv.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1988). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

Dorrigo, J. (2019). A estrutura do homem integrado à natureza como princípio da literatura indígena brasileira contemporânea. *Espaço Ameríndio (UFRGS)*, 13, p. 242-267. SEER UFRG. <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/93400/55531>.



- Gilroy, P. (2001). *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. Ed. 34.
- Gonzalez, L. (2020). *Por um feminino afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Zahar.
- Hampaté Bâ, A. (2010). A tradição viva. In: KI-ZERBO, J. (Ed.). *História geral da África, I: metodologia e pré-história da África*. (2th. ed., Cap. 8, pp. 167-212). UNESCO. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190249.locale=en>.
- Jecupé, K. W. (2020). *A terra dos mil povos: história indígena do Brasil contada por um índio*. (2th.) Peirópolis.
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Cobogó.
- Kopenawa, D.; Albert, B. (2015). *A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami*. Companhia das Letras.
- Machado, V. (2017). *A pele da cor da noite*. (2th. ed.). EDUFBA.
- Martins, L. (2007). A fina lâmina da palavra. *O eixo e a roda*, 15, p. 55-84. http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/o_eixo_ea_roda/article/view/3262.
- Martins, L.. (2003). Performances da oralitura: corpo, lugar da memória. *Letras: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras*, 26, p. 63-81. <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11881/7308>.
- Munduruku, D. (2011). Escrita indígena: registro, oralidade e literatura. *Revista Emília, Literatura e crítica*. <https://emilia.org.br/escrita-indigena-registro-oralidade-e-literatura/>.
- Mura, M. (2016). *Tecendo tradições indígenas*. [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. USP. https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-18082016-134231/publico/2016_MarciaNunesMaciel_VCorr.pdf
- Nascimento, B. (2006). *Por uma história do homem negro*. In: RATTIS, A. Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. Instituto Kuanza; Imprensa Oficial, p. 93-98. <https://www.imprensaoficial.com.br/downloads/pdf/projetossociais/eusouatlantica.pdf>.
- Nascimento, E. L. (2008). *A matriz africana no mundo*. Selo Negro. (Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira; Vol.1). Wordpress. <https://afrocentricidade.files.wordpress.com/2016/04/a-matriz-africana-no-mundo-colec3a7c3a3o-Sankofa.pdf>.
- Nascimento, E. L.; Gá, L. C. (2021). *Andikra: sabedoria em símbolos africanos*. Cobogó.
- Organização das Nações Unidas. (2008). *Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas*. Rio de Janeiro.
- Petit, S. H. (2015). *Pretagogia: pertencimento, Corpo-Dança Afroancestral e tradição oral africana na formação de professores e professoras, contribuições do legado africano para a implementação da Lei no. 10.639/03*. (1th.) Ed. UECE. Wordpress. <https://negrecombr.files.wordpress.com/2018/10/pretagogia-sandra-petit.pdf>.



Santos, A. B.. (2015). *Colonização, quilombos: modos significados*. INICT. http://cga.libertar.org/wp-content/uploads/2017/07/BISPO-Antonio.-Colonizacao_Quilombos.pdf

Santos, E. D. J. (2022). *Maniho'k: Informação e memória da Casa de Farinha do Povoado Terreirão, Muniz Ferreira, Bahia*. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia]. Repositório UFBA. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/36846>.

Santos, E. D. J. (2022). Sankofear para continuar: memória ancestral negra e indígena presente no Povoado Terreirão, Muniz Ferreira, BA. *Revista Macambira*, 6 (1), 2022. <https://revista.lapprudes.net/index.php/RM/article/view/719/651>.

Silva, E. G. W. (2019). *Seguindo a mandioca: saberes e práticas do Povo Tupinambá da Serra do Pandeiro*. [Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília]. Repositório de Brasília. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/41410>.

Waisbard, Simone. (2004). *As pistas de Nazca: Por quem, por que... e como?* Hemus.

